

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

PROCESSOS FINALÍSTICOS (NPF)

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS				INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO			
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados		
							POs	ITRs / Manuais						
Promoção da Transparência e do Controle Social	Auxílio à Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO)	Tem por objetivo tomar disponíveis para a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (ALEGO), informações e pareceres produzidos pelo TCE-GO, visando a subsidiar o processo de responsabilização política do governo, a atuação do Legislativo na alocação de recursos públicos e no exercício do controle externo, a elaboração de planos e orçamentos, a avaliação da gestão fiscal e o aperfeiçoamento do arcabouço legal.	Apreciação das Contas do Governador	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal Constituição Estadual Decreto de Execução Orç e Financeira Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei de Responsabilidade Fiscal Lei Federal nº 4.320/1964 Lei Federal nº 6.404/1976 Lei Federal nº 10.406/2002 Lei Federal nº 13.302/2016 Lei Orçamentária Anual Lei Orgânica do TCE-GO	PO Acompanhar a Prestação de Contas do Governador	Manual do Usuário Prestação de Contas do Governador	Gestão de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas de Governo	(I) Relatórios e pareceres prévios acerca das contas do Governo do Estado de Goiás.	Aleigo	(I) Subsidiar o processo de responsabilização política do governo pelos resultados de suas ações e pela conformidade de seus demonstrativos contábeis.		
			Atendimento a Solicitações da ALEGO	Secretaria de Controle Externo						(I) Informações acerca do aperfeiçoamento do ordenamento jurídico, da conformidade e do desempenho da gestão dos recursos públicos estaduais, etc.	Aleigo	(I) Subsidiar o aperfeiçoamento do ordenamento jurídico relativo ao controle e à gestão dos recursos públicos.		
			Atendimento a Solicitações	Ouidoria		Resolução Administrativa nº 05/2022 Resolução Administrativa nº 13/2024 Código de Ética Manual de Integridade	PO Gerir Demandas Denúncias Representações e Notícias de Irregularidade		Ouidoria	(I) Informações solicitadas.	Solicitante	(I) Subsidiar ações e decisões mediante obtenção de esclarecimentos, entre outros, quanto a procedimentos e processos de controle externo, cerceios, procedimentos administrativos, jurisprudência do TCE-GO. (II) Gestão eficiente do canal de comunicação entre o cidadão e o TCE-GO.		
		Tem por objetivo tomar disponíveis para a sociedade, imprensa e conselhos incumbidos do controle social, informações acerca da gestão pública, dos resultados e dos benefícios do controle externo e, de forma específica, para denunciantes, representantes e solicitantes, informações acerca dos fatos apurados pelo TCE-GO ou das informações solicitadas	Apuração de Denúncias	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº 13/2024				(I) Informações sobre fatos apurados.	Denunciante	(I) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso.		
			Apuração de Representações	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº 13/2024				(I) Informações sobre fatos apurados.	Representante	(I) Esclarecer os fatos visando assegurar a observância da lei, dos regulamentos e dos contratos e a responsabilização dos infratores, quando for o caso.		
			Disponibilização de informações acerca da Gestão Pública	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº 13/2024	PO Gerir Observatório de Políticas Públicas PO Gerir Indicadores do Observatório de Políticas Públicas		Serviço de Avaliação e Inovação em Políticas Públicas Serviço de Avaliação e Inovação em Políticas Públicas	(I) Política Pública e Indicadores Homologados (II) Indicador publicado	Tribunal e Partes Interessadas Tribunal e Partes Interessadas	(I) Promoção da transparência e o controle social bem como influenciar a estratégia de controle da Secretaria de Controle Externo. (II) Promoção da transparência e do controle social, indução de melhorias no processo de implementação de políticas públicas e gestão da estratégia do controle externo.		
			Divulgação dos Resultados das Ações de Controle Externo.	Secretaria de Controle Externo		Resolução nº 22/2008	PO Emitir Relatório do Artigo 30	Manual de Instruções do artigo 30	Serviço de Fiscalização de Pessoal	(I) Relatório do Artigo 30.	Sociedade, Imprensa e ALEGO	(I) Prover conhecimentos a respeito do número total dos servidores e empregados públicos nomeados e contratados pelos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e as entidades da administração indireta ou funcional, nos termos do art. 30 CE/89.		
			Capacitação e Orientação para o Exercício do Controle Social	Escola Superior de Controle Externo Adilson Nascimento				Manual do Sistema de Benefícios das Ações de Controle Externo	Serviço de Qualidade do Controle Externo	(I) Benefícios auferidos em decorrência das ações de controle externo (II) Ações de capacitação e orientações para o exercício do controle social.	Sociedade, Imprensa e ALEGO Conselhos legalmente incumbidos do controle social	(I) Prover conhecimentos a respeito da gestão pública e dos mecanismos de controle e seus resultados e benefícios. (II) Desenvolver competências para desempenhar suas missões.		
			Exame e Julgamento das Contas dos Gestores	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal Constituição Estadual Lei Orgânica do TCE-GO Regimento Interno do TCE-GO Resolução Normativa TCE nº 520/18 Lei Federal nº 4.320/1964 Lei de Diretrizes Orçamentárias Lei Orçamentária Anual		Manual do Usuário Prestação de Contas dos Gestores	Gestão de Fiscalização de Contas e Serviço de Fiscalização de Contas dos Gestores	(I) Julgamento das contas dos gestores de recursos públicos, podendo conter determinações, recomendações, medidas cautelares, sanções e imputação de débitos.	Gestores de recursos públicos	(I) Prover a segurança jurídica mediante a apreciação das contas.		
			Fiscalizar	Secretaria de Controle Externo		Regimento Interno -TCE-GO, Plano de Fiscalização; Código de Ética do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (Resolução Administrativa nº 90/2014); • Resolução Administrativa n.º 19/2022; Resolução Administrativa n.º 13/2023; Normas de Auditoria do Setor Público (NBASP); NBASP 100 – Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público; NBASP 130 – Gestão da ética pelas Tribunas de Contas; NBASP 140 – Controle de qualidade para os Tribunais de Contas; NBASP 400 – Princípios de Auditoria de Conformidade; NBASP 4000 – Norma para Auditoria de Conformidade; NBASP 300 – Princípios de Auditoria Operacional; NBASP 3000 – Norma para Auditoria Operacional; Manual do Sistema de Qualidade das Fiscalizações; Manual de Implementação das ISSAs de Auditoria de Conformidade; Manual de Implementação das ISSAs de Auditoria Operacional;	PO Fiscalizar via Auditoria de Conformidade		Gestão de Fiscalização	(I) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (II) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo e Órgãos e entidades da Administração Pública	(I) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (II) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (III) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (IV) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (V) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (VI) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.		
	PO Fiscalizar via Auditoria Financeira						Secretaria de Controle Externo; Gestão de Fiscalização do Eixo Social; Gestão de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia; Gestão de Fiscalização de Pessoal; Gestão de Fiscalização de Contas; Serviço de Qualidade do Controle Externo.	(I) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (II) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo e Órgãos e entidades da Administração Pública	(I) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (II) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (III) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (IV) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (V) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (VI) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.				
	PO Fiscalizar via Auditoria Operacional						Secretaria de Controle Externo; Gestão de Fiscalização do Eixo Social; Gestão de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gestão de Fiscalização de Contas; Gestão de Fiscalização de Pessoal; Gestão de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade do Controle Externo	(I) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (II) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo e Órgãos e entidades da Administração Pública	(I) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (II) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (III) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (IV) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (V) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (VI) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.				
PO Fiscalizar via Inspeção		Secretaria de Controle Externo; Gestão de Fiscalização do Eixo Social; Gestão de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gestão de Fiscalização de Contas; Gestão de Fiscalização de Pessoal; Gestão de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade do Controle Externo					(I) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (II) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo e Órgãos e entidades da Administração Pública	(I) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (II) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (III) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (IV) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (V) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (VI) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.					
PO Fiscalizar via Levantamento		Secretaria de Controle Externo; Gestão de Fiscalização do Eixo Social; Gestão de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gestão de Fiscalização de Contas; Gestão de Fiscalização de Pessoal; Gestão de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade do Controle Externo					(I) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (II) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo e Órgãos e entidades da Administração Pública	(I) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (II) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (III) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (IV) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (V) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (VI) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.					
Controlar Direto		Tem por objetivo tomar disponíveis para a administração pública, Estado e gestores de recursos públicos estaduais, determinações, recomendações, sanções, medidas cautelares, alertas, informações e orientações, visando a prevenir, corrigir, cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de recursos públicos, a assegurar a legalidade dos atos sujeitos a registro e o cumprimento dos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e, ainda, a esclarecer dúvidas quanto à aplicação de dispositivos legais e	PO Fiscalizar via Monitoramento Programado		Secretaria de Controle Externo; Gestão de Fiscalização do Eixo Social; Gestão de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gestão de Fiscalização de Contas; Gestão de Fiscalização de Pessoal; Gestão de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade do Controle Externo	(I) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (II) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo e Órgãos e entidades da Administração Pública	(I) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (II) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (III) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (IV) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (V) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (VI) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.						
			PO Fiscalizar via Acompanhamento		Secretaria de Controle Externo; Gestão de Fiscalização do Eixo Social; Gestão de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gestão de Fiscalização de Contas; Gestão de Fiscalização de Pessoal; Gestão de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade do Controle Externo	(I) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (II) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo e Órgãos e entidades da Administração Pública	(I) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (II) Assegurar a confiabilidade e fidelidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (III) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (IV) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (V) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (VI) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.						

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS		INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
Controle com intervenção a Terceiros	regularizantes. Além do mais, objetiva ainda tornar disponíveis para programas de governo, órgãos e entidades da administração pública, determinações, recomendações, avaliações e orientações, visando a contribuir para a excelência da gestão pública e dos serviços públicos prestados ao cidadão, para a melhoria da formulação, da formulação e da gestão dos programas e serviços públicos, bem como do aperfeiçoamento das políticas públicas.	regularizantes. Além do mais, objetiva ainda tornar disponíveis para programas de governo, órgãos e entidades da administração pública, determinações, recomendações, avaliações e orientações, visando a contribuir para a excelência da gestão pública e dos serviços públicos prestados ao cidadão, para a melhoria da formulação, da formulação e da gestão dos programas e serviços públicos, bem como do aperfeiçoamento das políticas públicas.	PO Fiscalizar via Avaliação de Políticas Públicas					Secretaria de Controle Externo Serviço de Avaliação e Inovação em Políticas Públicas Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
			PO Fiscalizar via Acompanhamento Contínuo				ITR Orientações para fiscalização de atos de pessoal sujeitos a registro ITR Orientações para fiscalização contínua de folha de pagamento	Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Determinações, recomendações, medidas cautelares e sanções. (ii) Avaliações de gestão e orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública Estadual; Programas de governo; e Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Prevenir e corrigir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (ii) Assegurar a confiabilidade e fidedignidade dos controles internos e registros gerenciais, operacionais e contábeis. (iii) Cobrir e punir a prática de ilegalidade e o mau uso de bens e recursos públicos. (iv) Recuperar recursos públicos desviados e responsabilizar infratores. (v) Contribuir para a melhoria da gestão dos recursos e a qualidade dos bens e serviços públicos. (vi) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
			PO Gerir Processos de Controle Externo				ITR Orientações para Gerir Processos de Atos de Pessoal	Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Processos de Controle Externo geridos	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das etapas e atividades envolvidas na gestão dos processos de controle externo; (ii) Padrões definidos para organização e distribuição de atividades interestaduais no âmbito da Secretaria de Controle Externo; (iii) Maior desempenho e aumento da produtividade na execução das atividades-fim de controle externo.
			Apoio à Atividade Jurisdicional	Secretaria de Controle Externo		Constituição Federal; Constituição do Estado de Goiás; Lei Orgânica (Lei Estadual 16.168/2007); Lei Estadual 15.122/2005; LINDB; Resolução nº 22/2008; Resolução Normativa nº 12/2017; Resolução Administrativa nº 0001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022 - NBASP 130 NBASP 10 NBASP 140	PO Instaurar Processo de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo; Gerência de Fiscalização do Eixo Social; Gerência de Fiscalização do Eixo Administrativo; Gerência de Fiscalização de Contas; Gerência de Fiscalização de Pessoal; Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Instrução Técnica; (ii) Instrução Técnica Conclusiva.	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das etapas e atividades envolvidas para a emissão de instrução técnica em processos de controle externo, em apoio à atividade jurisdicional. (ii) Maior desempenho e aumento da produtividade na execução das atividades-fim de controle externo.
			PO Representar ao Tribunal					Secretaria de Controle Externo	(i) Representação ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), com base na constatação de irregularidades ou ilegalidades em atos de gestão	Tribunal de Contas do Estado de Goiás	(i) Padronização das atividades da unidade técnica temática e das equipes de fiscalização para a elaboração e formalização de Representação ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás, com base na constatação de irregularidades ou ilegalidades em atos de gestão.
			Acompanhamento dos Limites Legais e Prudenciais da LRF1	Secretaria de Controle Externo							
			Monitoramento do Cumprimento de Deliberações do TCE-GO	Secretaria de Controle Externo		Resolução Normativa nº 011/2016; Resolução Administrativa nº 007/2016; Resolução Administrativa nº 19/2022; Lei nº 16.168/2007; Regimento Interno do TCE-GO; Resolução Normativa nº 01/2021.	PO Catalogar Itens decisórios PO Gerir Serviço de Controle de Deliberações	Serviço de Qualidade do Controle Externo Secretaria Geral, Gerência de Atos Oficiais e Controle e Serviço de Controle e Deliberações	(i) Informações sobre o cumprimento das deliberações.	Órgãos e entidades da Administração Pública	(i) Garantir o cumprimento de deliberações.
			Análise de Recursos	Secretaria de Controle Externo		Resolução nº 06/2021	Manual de Análise de Recursos	Serviço de Análise de Recursos	(i) Deliberações quanto a recursos interpostos contra decisões do TCE-GO	Recorrente e interessados	(i) Garantir eficácia e efetividade à instrução recursal no que tange exame da admissibilidade e a análise do mérito dos recursos interpostos contra atos decisórios do Tribunal de Contas.
			Apreciação da Legalidade dos Atos de Pessoal	Secretaria de Controle Externo							
			Exame e Julgamento de Tomada de Contas Especial	Secretaria de Controle Externo							
			Atendimento a Consultas	Secretaria de Controle Externo					(i) Resposta a consultas com orientações de caráter normativo.	Consultantes	(i) Esclarecer dúvidas suscitadas em relação à aplicação de dispositivos legais e regulamentares.
			Avaliação de Programas	Secretaria de Controle Externo					(i) Avaliações de programas de governo. (ii) Avaliações de funções de governo. (iii) Orientações sobre procedimentos e boas práticas de gestão de recursos públicos estaduais.	Administração Pública; Programas de Governo	(i) Contribuir para a melhoria da formulação, da formulação e da gestão dos programas e a qualidade dos bens e serviços públicos. (ii) Contribuir para o aperfeiçoamento da formulação de políticas públicas. (iii) Orientar quanto a procedimentos adequados para a gestão de recursos públicos estaduais.
			Fornecimento de Informações para Subsidiar Ações de Terceiros	Secretaria de Controle Externo					(i) Informação sobre indícios de crimes, infrações e irregularidades apuradas pelo TCE.	PGE, Ministério Público Estadual; Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás; Polícia Civil, Magistrados.	(i) Subsidiar a responsabilização de infratores. (ii) Subsidiar a elaboração da lista de inelegíveis. (iii) Subsidiar a atuação dos respectivos órgãos. (iv) Subsidiar a apuração de irregularidades.
			Organização de Cobrança Executiva	Secretaria Geral					(i) Informações para subsidiar a cobrança judicial.	PGE	(i) Subsidiar a recuperação de valores e execução de penas pecuniárias.
			Composição e Fornecimento de Informações para Subsidiar Defesa do Estado de Goiás	Diretoria Jurídica		Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Prestar informações à PGE-GO para a defesa do Estado de Goiás em juízo	Diretoria Jurídica	(i) Informações para defesa do Estado de Goiás em juízo.	PGE	(i) Subsidiar a defesa do Estado de Goiás em relação aos acórdãos do TCE-GO questionados judicialmente. (ii) Realizar a defesa do TCE-GO nos processos judiciais cujo objeto é o questionamento de acórdãos proferidos pela instituição.

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO												
INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS			INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO			
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados	
PROCESSOS DE SUPORTE (NPS)	Gestão de Pessoas	Tem por objetivo estimular o desenvolvimento de profissionais competentes, motivados e comprometidos com a efetividade do controle externo e com a melhoria da gestão pública, bem como criar e manter ambiente de trabalho que conduza à excelência no desempenho, à plena participação e ao crescimento profissional e à qualidade de vida.	Políticas de Gestão de Pessoas	Secretaria Administrativa		Política de Gestão de Pessoas (Resolução Normativa nº 004/2009) Código de Ética (Resolução Administrativa nº 001/2014)			(f) Programas e sistemas voltados para o desenvolvimento de gestão de pessoas.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(f) Estimular as pessoas para desenvolver e utilizar seu pleno potencial em alinhamento com as estratégias do Tribunal.	
			Captação, Alocação e Integração	Secretaria Administrativa		Manual de Funções	PO Gerir Captação, Alocação e Integração de Servidores PO Gerir Estagiário e Menor Aprendiz	Manual de Funções de Terceirizados	Gerência de Gestão de Pessoas	(f) Sistemática de captação, alocação e integração.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(f) Alinhar os métodos de seleção, alocação e integração ligados ao preenchimento de cargos e funções com as estratégias do TCE-GO.
			Desenvolvimento de Competências	Escola Superior de Controle Externo Adilson Nascimento		Resolução Administrativa nº 3/2021 (Regimento Interno da Esceex)	PO Planejar e Gerir o Conhecimento - Biblioteca PO Gerir Multiplicadores e Instrutores Internos		Escola Superior de Controle Externo Adilson Nascimento Escola Superior de Controle Externo Adilson Nascimento	(f) Competências de pessoas desenvolvidas e/ou aprimoradas. (f) Instrutores internos formados. (f) Demandas de Capacitação ministradas por Instrutores Internos	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários Tribunal, Controladores Sociais e Jurisdicionados	(f) Garantir a gestão e execução de ações de capacitação para os Membros, Servidores, Jurisdicionados e Controladores Sociais. (f) Garantir o planejamento e gestão do conhecimento no âmbito do TCE-GO.
			Educação Profissional	Escola Superior de Controle Externo Adilson Nascimento		Resolução Administrativa nº 3/2021 (Regimento Interno da Esceex)	PO Gerir Planos e Programas de Educação Profissional		Escola Superior de Controle Externo Adilson Nascimento	(f) Planos e Programas gerenciados	Membros, Servidores, Terceirizados, Estagiários, Jurisdicionados e Sociedade	(f) Gestão dos Planos e Programas de Educação Profissional, por meio de ciclos de gestão, com foco no alcance dos objetivos estratégicos da instituição. (f) Prestação de cursos da Educação Profissional em nível institucional com foco na comunicação com as partes interessadas.
			Avaliação de Competências	Secretaria Administrativa		Resolução Normativa nº 04/2016; Resolução Normativa nº 07/2016; Resolução Normativa nº 08/2019	PO Gerir Avaliação de Desempenho	Manual de Avaliação de Desempenho - TCE- GO	Gerência de Gestão de Pessoas	(f) Programas de avaliação, educação e capacitação das pessoas.	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(f) Alinhar níveis de desempenho adequados aos espaços ocupacionais do Tribunal. (f) Desenvolver competências gerenciais e profissionais.
			Rotinas de Pessoal	Secretaria Administrativa		Resolução administrativa nº 22/2008; Resolução administrativa nº 18/2002; Portaria nº 990/2023; PPA – Plano Plurianual 2024-2027 Decreto nº 22.317/2023 Lei de Responsabilidade Fiscal LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias LOA – Lei Orçamentária Anual Lei Orgânica nº 16.168/2007 Constituição do Estado de Goiás Decreto orçamentário nº 10.279/2023 Lei 4.309/1964 Constituição Federal Emenda Constitucional nº 103/2019 Lei Complementar Estadual nº 151/2020 Lei Estadual nº 15.122/2005 Resolução Normativa nº 007/2009 Portaria nº 184/2018 - GPRES Portaria nº 286/2022	PO Executar Folha de Pagamento PO Gerir Atos de Pessoal	Gerência de Gestão de Pessoas Gerência de Gestão de Pessoas	(f) Sistema gerenciais de controle dos serviços de pessoal	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(f) Garantir o desenvolvimento de sistemas gerenciais adequados para o bom controle dos serviços de pessoal. (f) Assegurar o uso correto das normas relativas aos atos de pessoal.	
			Gestão do Clima Organizacional e da Qualidade de Vida	Secretaria Administrativa		PCMSO - Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional PPRA - Programa de Prevenção de Riscos Ambientais Resolução Administrativa nº 5/2024 (Política de Gestão de Pessoas no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Goiás)	PO Realizar Atendimento Clínico PO Gerir Condições Inseguras e Acidentes de Trabalho PO Responder Situações de Emergência PO Realizar Pesquisa de Clima Organizacional	Manual de Práticas Seguras do TCE-GO Manual da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes Manual de Abandono de Área do TCE-GO Gerência de Gestão de Pessoas	(f) Ambiente de trabalho seguro e saudável (f) Práticas relativas à qualidade de vida das pessoas. Gerência de Administração Gerência de Administração	Membros, Servidores, Terceirizados e Estagiários	(f) Criar e manter um ambiente que conduza à excelência no desempenho, à plena participação e ao crescimento individual e institucional. (f) Promover o bem-estar, a satisfação e a motivação das pessoas, colaborando inclusive para a melhoria da qualidade de vida das pessoas fora do ambiente organizacional.	
			Gestão de Licitações e Contratos	Secretaria Administrativa		Lei Estadual n.º 17.928/12; Lei Nacional n.º 14.133/21; Lei Complementar n.º 123/06; Decreto Estadual n.º 9.900/21; Portaria n.º 226/2023 - GPRES; Portaria n.º 315/2024 - GPRES; Lei n.º 16.044/07; Instrução Normativa n.º 67/2021; Instrução Normativa Federal nº 73/2023 Decreto Federal nº 10.024/2019; Decreto Estadual nº 10.211/23; Decreto Estadual nº 10.139/22; Decreto Estadual nº 10.247/23; Código de Ética do TCE-GO; NBR ISO 37001:2017	PO Gerir Aquisições PO Gerir Compra de Pequeno Valor PO Gerir Licitações na Modalidade Pregão PO Gerir Contratações PO Gerir Processos de Pagamentos	Gerência de Administração Gerência de Administração Gerência de Administração Gerência de Administração Gerência de Administração	(f) Padrões procedimentais para a formalização e o acompanhamento de termos contratuais (contratos, convênios, ajustes, acordos, aditivos e afins)	Tribunal	(f) Coordenar, orientar e controlar a execução das atividades relacionadas com a formalização de termos contratuais, bem como assegurar que os contratos sejam geridos eficientemente.	
			Gestão de Infraestrutura	Secretaria Administrativa		Manual de Conservação Predial (Resolução Administrativa 21/2022) Resolução Administrativa nº 02/2014	PO Gerir Manutenção Predial PO Gerir Patrimônio	Gerência de Administração e Serviço de Infraestrutura Predial Gerência de Administração e Serviço de Material e Patrimônio	(f) Metodologia de gestão para promover a aquisição, conservação, manutenção, reforma e edificação de infraestrutura.	Tribunal	(f) Garantir a aquisição, conservação, manutenção, reforma e edificação de infraestrutura.	
			Gestão Orçamentária e Fiscal	Secretaria Administrativa		Lei Complementar nº 101/2000; Resolução Normativa TCE nº 04/2017; Resolução Administrativa nº 18/2022	PO Gerir Relatório de Gestão Fiscal	Gerência de Contabilidade, Orçamento e Finanças	(f) Sistemática de gestão orçamentária e fiscal.	Tribunal	(f) Garantir a gestão orçamentária e fiscal necessária às atividades organizacionais.	
			Sustentabilidade	Secretaria Administrativa		Plano de Gestão de Resíduos	PO Gerir Aspectos e Impactos, Riscos e Controles Ambientais PO Gerir Identificação e Avaliação dos Requisitos Legais Aplicáveis e Outros PO Gerir Resíduos	Secretaria Administrativa Secretaria Administrativa Gerência de Administração	(f) Atendimento de requisitos legais. (f) Adoção de boas práticas ligadas à sustentabilidade.	Tribunal; Sociedade	(f) Garantir o atendimento a requisitos legais e a adoção de boas práticas relacionadas à aspectos de sustentabilidade.	
			Gestão de Serviços e de Bens de Consumo	Secretaria Administrativa		Resolução Administrativa nº. 02/2014 Lei Federal 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro) Resolução Administrativa TCE-GO Nº 19/2022	PO Gerir Estoque PO Fornecer Transporte PO Gerir Manutenção Veicular PO Controlar Vencimento de CNH e CRLV	Gerência de Administração Manual dos Condutores de Veículos do TCE-GO Gerência de Administração e Serviço de Logística Gerência de Administração e Serviço de Logística	(f) Sistemática de compra, guarda e distribuição de bens e serviços.	Tribunal	(f) Assegurar a qualidade do produto ou serviço adquirido, bem como sua guarda e distribuição.	
			Gestão de Laboratórios de Engenharia	Secretaria de Controle Externo		NR-12 Lei Orgânica do TCEGO (LOTCE); Lei Estadual nº 16.168, de 11/12/2007; Regimento Interno do TCEGO (RITCE); Resolução nº 002/2019	PO Gerir o Laboratório de Topografia PO Gerir o Laboratório de Análises de Solo e Misturas Asfálticas	Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia	(f) Laudos técnicos de engenharia.	Tribunal	(f) Subsidiar auditorias, análises técnicas e a tomada de decisão em processos de controle externo.	

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO		
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados
Tecnologia da Informação	Tem por objetivo garantir a gestão e o suporte técnico na área de tecnologia da informação necessário ao desenvolvimento das atividades de controle externo.		Tecnologia da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação		Resolução Normativa nº 13/2016		ITR Controle de Material de Consumo	Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia	() Implementação de sistemas corporativos com uso de tecnologia da informação.	Tribunal	() Desenvolver, aprimorar e acompanhar as soluções de tecnologia da informação colocadas à disposição do Tribunal.
								ITR Controle de Resíduos	Gerência de Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia			
							PO Gerir Atendimento de Suporte de TI		Serviço de Suporte Técnico de TI			
							PO Gerir Desenvolvimento de Software Testeado	[	Serviço de Sistemas de Informação			
							PO Gerir Backup		Serviço de Infraestrutura e Segurança de TI			
							PO Gerir Requisitos dos Projetos de Software		Serviço de Sistemas de Informação			
			Segurança da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação		Resolução Normativa nº 11/2022	PO Gerir manutenção terceirizada de Software		Serviço de Sistemas de Informação			
							PO Gerir Incidentes de Segurança da Informação		Diretoria de Tecnologia da Informação			
							PO Gerir Vulnerabilidades		Serviço de Infraestrutura e Segurança de TI			() Instituir diretrizes, responsabilidades e normas específicas de segurança da informação, orientando proprietários, gestores e usuários de informações que trafegam na organização, com vistas à garantia da disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dessas informações.
								Plano de Continuidade de TI / Manual de Restauração de Backup	Diretoria de Tecnologia da Informação			
							Resolução nº 10/2017					
							PO Gerir Ativos de Tecnologia da Informação	Manual de Segurança da Informação	Diretoria de Tecnologia da Informação			

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS				INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO					
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais		Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados			
Governança, Planejamento e Gestão	Tem por objetivo estabelecer, comunicar e internalizar o referencial estratégico do TCE-GO, bem como definir prioridades, responsabilidades e compromissos com os rumos e resultados institucionais. Contempla, também, aspectos relativos à definição e alocação de recursos, ao acompanhamento de resultados, ao monitoramento de indicadores de desempenho e ao controle dos atos administrativos no âmbito do Tribunal.	Gestão dos Processos de Trabalho	Diretoria de Governança, Planejamento e Gestão		Manual do SGI		PO Gerir Processo de Trabalho	ITR Gerir Processos de Trabalho (Unidades do TCE-GO)	Serviço de Gestão da Melhoria Contínua	(i) Processos de Trabalho geridos. (ii) Cadeia de Valor. (iii) Informação Documentada.	Tribunal	(i) Controle de qualidade da informação documentada do TCE-GO. (ii) Aprimoramento e manutenção da Cadeia de Valor. (iii) Metodologia de padronização das rotinas operacionais.			
								ITR Gerir Processos de Trabalho (Serviço-Melhoria)							
								Manual do Bizagi aplicado ao TCE-GO							

CADEIA DE VALOR DOS PROCESSOS DE TRABALHO DO TCE-GO

INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS			INFORMAÇÕES TÁTICAS			INFORMAÇÕES OPERACIONAIS			INFORMAÇÕES DE SAÍDA DO PROCESSO DE TRABALHO				
Núcleo	Macroprocesso	Descritivo	Processo de Trabalho	Dono do Processo de Trabalho	Maturidade do Processo de Trabalho	Políticas / documentos de referência	Documentos operacionais	Emitente(s) do documento	Produtos	Clientes	Benefícios Esperados		
Apoio Finalístico ao Exercício do Controle Externo	Tem por objetivo contribuir para a qualidade dos trabalhos realizados pelas unidades técnicas por meio da disseminação de métodos e técnicas de controle externo alinhados com as melhores práticas existentes.		Planejamento e Inteligência de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo		Regimento Interno do TCE-GO; Plano de Controle Externo; Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Normativa nº 19/2023; • Resolução Normativa nº 6/2024 • Normas de Auditoria do Setor Público (NBAS-SP).	PO Propor Fiscalização	Secretaria de Controle Externo	(i) Proposta de Fiscalização	Tribunal	(i) Garantir o aperfeiçoamento do processo de fiscalização com base em técnicas de análise por critérios de seletividade e de inteligência de controle externo.		
						Lei nº 16.168 Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 001/2014; Resolução Administrativa nº 19/2022; Portaria nº 676/2018-GPRES; Lei Complementar estadual nº 33/2001; Decreto estadual nº 9.697/2020	PO Gerir normativos afetos à Secretaria de Controle Externo	Secretaria de Controle Externo	(i) Proposta de Resolução (ii) Exposição de motivos				
						Resolução Administrativa Nº 17/2024; Resolução Administrativa Nº 19/2022; Resolução Administrativa Nº 15/2024; Resolução Administrativa Nº 7/2024.	PO Gerir Propostas de Inovação para o Controle Externo	Serviço de Informações Estratégicas	(i) Propostas de inovação geridas por meio do banco de Propostas				
							Manual de Gestão de Informações Estratégicas	Serviço de Informações Estratégicas	(i) Produção de conhecimento estratégico que apóia a tomada de decisões das partes interessadas do TCE-GO.				
						Resolução Normativa Nº 7/2025 Resolução Adm. Nº 11/2022/TCE-GO Portaria Nº 614/2022 GPRES Resolução Adm. Nº: 17/2024 Resolução Adm. Nº: 19/2022 Resolução Adm. Nº: 15/2024 Resolução Adm. Nº 07/2024	PO Gerir Declaração de Bens e Rendidas - DBRs	Manual do Sistema de Envio da Declaração de Bens e Rendidas (DBRs)	Serviço de Informações Estratégicas			(i) DBR recebida	
						Resolução Administrativa nº 19/2022 Resolução Administrativa nº 7/2024 Plano de Controle Externo	PO Gerir Projetos de Fiscalização no SGF	Manual do Sistema de Gestão da Fiscalização - SGF	Serviço de Qualidade do Controle Externo			(i) Relatório de acompanhamento dos projetos.	
			Controle e Asseguração da Qualidade	Secretaria de Controle Externo		Resolução Administrativa nº 013/2023	PO Gerir Garantia da Qualidade		Serviço de Qualidade do Controle Externo	Tribunal	(i) Garantir o aperfeiçoamento do controle e assegurar a qualidade dos trabalhos de fiscalização, com base em normas internacionais.		
							Manual do Sistema de Qualidade das Fiscalizações do Controle Externo	Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Relatório de Garantia de Qualidade (ii) Melhoria contínua dos trabalhos de Fiscalização				
								Serviço de Qualidade do Controle Externo	(i) Ciclo de Garantia da Qualidade				
			Suporte à Função Judicante	Secretaria Geral			Resolução Normativa nº 03/2013 Resolução Normativa nº 02/2020 Resolução Administrativa nº 19/2022 Lei Orgânica do TCE/GO (art. 9º) Regimento Interno do TCE/GO (art. 113 e 143)	PO Realizar Sessão Virtual	Secretaria Geral	Tribunal	(i) Garantir o suporte à função judicante por meio do apoio à realização das sessões plenárias e da consolidação da jurisprudência. (ii) Garantir padrões operacionais para a execução das atividades de catalogação da jurisprudência e consolidação normativa.		
							Plano Estratégico TCE-GO; Resolução nº 22/ 2008; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução Administrativa nº 2.7/2023; Lei Estadual nº 16.168, de 2007; Constituição do Estado de Goiás, Constituição Federal de 1988.	PO Gerir Jurisprudência do TCE-GO	Gerência de Registro e Jurisprudência e Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa			(i) Catálogo de Normativas (Consolidação); (ii) Catálogo de Acórdãos (Jurisprudência).	
							RN 03/2013 RN 02/2020 PORTARIA Nº 159/2022 – GPRES RA 19/2022 Lei Orgânica TCE (art. 9º) Regimento Interno (art. 113 e 143)	PO Realizar Sessões Plenárias Híbridas	Secretaria Geral			(i) Pauta e Ata da Sessão Plenária.	
							Plano Estratégico TCE/GO Portaria nº 676/2018-GPRES Resolução nº 22/2008 Resolução Administrativa nº 19/2022; Lei Estadual nº 16.168 de 2007; • Lei Complementar Federal nº 95/1998; • Lei Complementar Estadual nº 33/2001; • Constituição Estadual de 1989, e • Constituição Federal de 1988.	PO Gerir Consolidação Normativa do TCE-GO	Serviço de Jurisprudência e Consolidação Normativa			(i) Catálogo de Normativas Consolidado (ii) Acervo Normativo do TCE-GO	
							Lei nº 16.168/2007; Resolução nº 22/2008; Resolução Normativa nº 02/2020;	PO Gerir Atividades do Serviço de Registro	Manual de Procedimentos do Serviço de Registro			Gerência de Registro e Jurisprudência e Serviço de Registro	(i) Registro de Atos de Pessoal.
							Lei nº. 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 19/2022	PO Gerir Comunicação de Atos				Gerência de Atos Oficiais e Controle e Serviço de Publicações e Comunicações	(i) Atos publicados no DOE/DEC; (ii) Comunicação aos interessados/jurisdicionados (Ofício/Despacho); (iii) Comunicação dos interessados/jurisdicionados. (iv) Sobrestamento de Processos.
			Gestão de Atos Oficiais	Secretaria Geral			Resolução nº 004/2012; Portaria nº 36/2023 GPRES; Lei Orgânica do TCE-GO	PO Gerir Publicação no Diário Eletrônico de Contas		Gerência de Atos Oficiais e Controle e Serviço de Publicações e Comunicações	Tribunal	(i) Garantir a gestão dos atos oficiais decorrentes das atividades do Tribunal.	
							Lei 16.168/2007; Resolução Administrativa nº 19/2022; Resolução DIREX nº 001/2017	PO Gerir Publicação no Diário Oficial do Estado de Goiás		Gerência de Atos Oficiais e Controle e Serviço de Publicações e Comunicações	(i) Publicação no DEC.		
											Tribunal		
								Tribunal					

Legenda - Maturidade dos Processos de Trabalho	
Identificação (cores)	Valores em %
	n = 0 (zero)
	0 ≤ n ≤ 40
	41 ≤ n ≤ 74
	n ≥ 75